

Rede de organizações para o desenvolvimento de ações de educação política em ambiente virtual

Humberto Dantas
Renato Eliseu Costa

Resumo

Desde 2008, a Fundação Konrad Adenauer do Brasil desenvolve ou apoia cursos de iniciação política em ampla rede de parcerias. Inicialmente, até 2020, tais ações eram presenciais e, principalmente, atendiam jovens de ensino médio de escolas públicas da Grande São Paulo. A partir da pandemia, a iniciativa se concentrou no plano virtual e pôde ser observada em dois formatos. O primeiro, associado à continuidade adaptada dos cursos presenciais diante do distanciamento social. O segundo, sob o formato de um curso robusto, composto por quatro módulos, que durou entre 2023 e 2024. Este artigo busca compreender características das atividades desse biênio por meio de dados de presença, adesão e conclusão, bem como a partir de avaliações e formulários de pesquisa. Será possível notar que as ações se voltaram para pessoas com afinidade à política, o que não arrefece o compromisso com o amadurecimento da democracia a partir da educação política.

Abstract

Since 2008, the Konrad Adenauer Foundation of Brazil has been developing or supporting political initiation courses in a wide network of

partnerships. Initially, until 2020, these actions were face-to-face and mainly served high school students from public schools in Greater São Paulo. Since the pandemic, the initiative has focused on the virtual level and can be observed in two formats. The first, associated with the adapted continuity of face-to-face courses in the face of social distancing. The second, in the form of a robust course, made up of four modules, which lasted from 2023 to 2024. This article seeks to understand the characteristics of the activities during this two-year period using attendance, enrollment and completion data, as well as evaluations and survey forms. It will be possible to note that the actions were aimed at people with an affinity for politics, which does not dampen the commitment to the maturing of democracy through political education.

Introdução

Entre 2008 e 2020, a Fundação Konrad Adenauer (KAS) do Brasil apoiou diretamente a realização de cursos livres de Iniciação Política. O programa era único, composto por três encontros, cuja duração, ao longo da história, variou entre três horas e 90 minutos por aula. As principais temáticas tratadas estavam associadas à Democracia, à Cidadania e à organização do Estado brasileiro. Entre 2009 e 2019, sob o mesmo formato padrão, formaram-se 11.393 pessoas.

Em 2008, ocorreu apenas uma turma piloto em Guarulhos-SP. Até o início de 2020, as ações ocorreram de forma presencial, concentradas na Região Metropolitana de São Paulo e, inicialmente, em equipamentos públicos da Secretaria Estadual da Justiça. Adiante, as atividades foram deslocadas para escolas de Ensino Médio da rede pública, envolvendo, em etapas posteriores, projetos sociais e escolas do parlamento de cidades do entorno da capital paulista. Exceções, com turmas realizadas na Baixada Santista e na Região Metropolitana de Campinas ocorreram ao longo de toda a trajetória das ações presenciais.

A pandemia do Covid-19 trouxe uma nova realidade às atividades, que passaram a se concentrar em ambiente virtual. A principal alteração

aqui está associada ao público-alvo: entre 2008, ano da experiência piloto, e 2010 o projeto esteve voltado a lideranças comunitárias de projeto da Secretaria de Justiça paulista, em parceria com a escola do parlamento da Assembleia Legislativa de São Paulo; a partir de 2011 os cursos se voltaram para jovens de Ensino Médio e foram inseridos nas atividades escolares regulares até o ano seguinte; entre 2013 e 2014, as ações se destinaram exclusivamente para as grades de atividades de projetos sociais parceiros que atendiam jovens de 15 a 18 anos. Até aqui, eram realizadas dez turmas anuais, mas em 2015 um aporte extra de recursos permitiu a expansão das atividades para 20 turmas anuais, número que até 2019 foi mais do que dobrado e representou a volta do atendimento a escolas públicas de Ensino Médio e o envolvimento de escolas do Legislativo no rol de organizações parceiras. A partir de 2020, com a ocorrência da pandemia, o oferecimento dos cursos passou a ser on-line, com as inscrições abertas na internet e ampla rede de entidades envolvidas na disseminação das atividades. Toda essa trajetória está descrita de forma acurada em diversos artigos, com destaque para Dantas et.al (2010), Dantas (2016) e Dantas e Melo (2021).

Uma rede de parcerias para o desenvolvimento das atividades sempre foi característica marcante dos cursos de política aqui descritos. A primeira delas envolvia, predominantemente, os Centros de Integração da Cidadania (CIC's), programa da Secretaria da Justiça paulista; o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), escola da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; a Fundação Konrad Adenauer e a Fundação Mario Covas. O envolvimento de escolas públicas não representou a entrada da Secretaria de Educação de São Paulo na rede, pois os contatos com as unidades atendidas eram feitos, direta e inicialmente, pelo CIC, programa da pasta de Justiça. Adiante, a Secretaria deixou o projeto, assim como também a Fundação Mario Covas. Mais tarde, o ILP também se afastaria.

Uma nova configuração de parcerias, redesenhada principalmente entre 2013 e 2015, uniu a Fundação Konrad Adenauer, o Movimento Voto Consciente, o Banco Itaú e uma série de parceiros pontuais para

a realização das atividades. Eram escolas públicas, projetos sociais do terceiro setor, escolas do parlamento de câmaras municipais etc. A associação entre a instituição financeira e a KAS permitiu uma expressiva expansão do número de turmas a partir de 2015. Se inicialmente as ações eram realizadas em dez locais diferentes, em 2015 o projeto dobrou de tamanho, e em 2019 foram concluídas 42 turmas.

O ano de 2020 começou com quatro cursos presenciais até meados de março, sendo realizados em uma escola pública para estudantes do terceiro ano do Ensino Médio em São Bernardo do Campo (duas turmas), em um projeto de educação ambiental da Prefeitura de São Paulo e na Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Santos. O isolamento social impediu a continuidade das atividades em seu formato tradicional. Quando retomadas as ações, em junho, foi possível agendar mais 30 turmas on-line, com destaque para a disseminação das atividades para o interior de São Paulo a partir de câmaras municipais e do Legislativo estadual, para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para a Câmara Municipal de Pouso Alegre-MG, para a rede da plataforma de educação política “Politize” e para alguns projetos sociais parceiros que conseguiram manter suas atividades educativas. Foi o último ano de tais atividades.

Entre 2021 e 2022, as ações associadas a este projeto foram interrompidas, sendo o principal motivo a distância bastante significativa entre um volume expressivo de inscrições em cursos dessa natureza e o total, bastante reduzido, de presenças registradas e conclusão das atividades. O uso de recursos considerados estratégicos não parecia condizente com o desafio associado à expressiva adesão às atividades contraposto à baixa participação. O tempo tratou de mostrar que uma atividade gratuita e disseminada livremente pela internet, tem como característica central grande número de inscrições e baixo volume de comparecimentos. A despeito de tal percepção mais ampla, um elemento precisa ser destacado: a distância entre o comparecimento a pelo menos uma aula e o total de formados não era grande com base nas ações de 2020, o que sugeria que se havia alta quantidade de não adesão dos inscritos, o mes-

mo não ocorria a partir do contato do interessado com ao menos uma aula. Tal sentimento foi reforçado a partir de avaliações extremamente positivas das atividades por parte dos formados, com resultados bastante expressivos.

Diante de tais aspectos, com a participação da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, uma nova rede de parceiros foi formada para o desenvolvimento de ações de educação política em universo virtual. O objetivo deste artigo é descrever as atividades do biênio 2023-2024 no que diz respeito às suas características e resultados. Para tanto, a descrição do novo projeto ocupará a parte seguinte. Adiante, serão trazidos resultados das ações, promovendo-se uma reflexão associada ao total de inscritos, envolvidos, formados, percepções gerais do público-alvo sobre política e avaliações das atividades. Findada esta parte, uma conclusão será apresentada. O objetivo desse trabalho é descritivo, e não se pautará em hipóteses e análises a serem testadas de forma aprofundada. Busca-se aqui, apenas, desvendar as características e os resultados gerais do projeto, registrando academicamente o que se desenvolveu.

Características gerais do projeto

A rede de organizações envolvidas nesta nova etapa das ações de formação política, para além da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, tinha o Movimento Voto Consciente, a Escola de Ensino Superior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FipeEES) e o Banco Itaú. Cada parte deste coletivo tinha consigo funções específicas no projeto. A KAS é a editora do livro eletrônico, e gratuito, “Educação Política e Políticas de Educação” (DANTAS e LUZ, 2021) que serviu de base para um programa extenso de aulas, bem diferente do curso composto por três encontros do período de 2008 a 2020. O Movimento Voto Consciente ofertou a composição das peças de divulgação de cada curso para as redes sociais e trouxe consigo parte de uma extensa rede de professores envolvidos na publicação da KAS, que se prontificou a participar das ações on-line na qualidade de docentes. A FipeEES, faculdade recém-criada no

âmbito de uma fundação com mais de 50 anos de história em projetos de pesquisa e educação, disponibilizou toda estrutura para inscrições e emissão de certificados a partir do controle das presenças, assim como ofereceu a conta na sala de aula virtual utilizada e a sua estrutura de secretaria para acompanhar todas as atividades ao longo de dois anos. Por fim, o Itaú patrocinou as atividades com recursos que auxiliaram o Movimento Voto Consciente, e remuneraram os professores e a coordenação do curso. Todas as instituições envolvidas, dentro de suas possibilidades, contribuíram para a divulgação das atividades do projeto.

A primeira grande diferença desta ação para os cursos descritos na seção anterior está associada aos conteúdos. Enquanto o projeto que durou de 2008 a 2020 possuía três aulas em diversas ações iguais ao longo de cada ano, aqui foram criados quatro módulos temáticos compostos por quatro encontros cada um em periodicidade semanal. Assim, o programa era composto por 16 aulas, divididas igualmente em quatro módulos. Em 2023, cada aula tinha 120 minutos, tempo que foi reduzido para 90 minutos na edição de 2024 sem alterações das temáticas. No Quadro 1 é possível verificar a programação de cada um dos módulos com os respectivos títulos de suas aulas.

QUADRO 1, Módulos e aulas dos cursos de Política – 2023-2024

| Módulo 1 – Princípios Gerais da Política | Módulo 2 – Estado e Políticas Públicas no Brasil | Módulo 3 – Legislativo, Política e Partidos | Módulo 4 – Estratégias Políticas e Comunicação |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1 – História do pensamento político brasileiro | 1 – Estrutura do Estado e burocracia | 1 – Introdução ao processo legislativo e orçamentário | 1 – Marketing político e estratégia eleitoral |
| 2 – Estrutura do Estado brasileiro | 2 – Participação popular, transparência e controle | 2 – Política no nível subnacional – estados e municípios | 2 – Representação de interesses, lobby e advocacy |
| 3 – Democracia, cidadania e educação | 3 – Direitos sociais, políticas públicas e desigualdade | 3 – Governabilidade na realidade brasileira | 3 – Opinião pública, pesquisas e análises |
| 4 – Teoria política – por que estudar os clássicos | 4 – Justiça, Judiciário e judicialização | 4 – Sistema eleitoral e partidário no Brasil | 4 – Mídia, comunicação e política |

Outra característica relevante das atividades esteve associada ao corpo docente. Se os cursos realizados presencialmente na Grande São Paulo praticamente restringiam as ações ao universo de profissionais

que vivem em tal localidade, a ação on-line trouxe diversidade ao grupo de professores. Tendo por base o local de moradia, em 2023, das 32 aulas ministradas, 18 foram realizadas por professores que vivem no Estado de São Paulo, seis por docentes do Distrito Federal, seis por profissionais que residem no Nordeste, com divisão idêntica entre Bahia, Piauí e Pernambuco, e duas aulas foram realizadas diretamente do Rio de Janeiro. Em 2024, houve maior concentração paulista, com 24 das aulas sendo ministradas do estado, e Pernambuco, Distrito Federal, Bahia e Rio de Janeiro se distribuindo em dois compromissos cada localidade. A piora na diversidade, ainda assim, revela uma possibilidade importante e explorada nos cursos.

Tal preocupação se fortalece em relação ao público-alvo, tendo em vista o fato de que as ações virtuais passaram a permitir a participação de pessoas distribuídas por todo o país, bem como de fora dele. Assim, por exemplo, nos 32 módulos realizados em dois anos, excetuando o Amapá, todos os estados estiveram representados com ao menos uma adesão e seis inscrições foram feitas por pessoas que afirmavam viver fora do Brasil – mais detalhes dos resultados serão tratados na seção seguinte.

O modo de participação era bastante simples. A partir da disseminação de material padronizado de divulgação pelas redes sociais dos parceiros, com quinze dias de antecedência em relação à primeira aula, o interessado acessava um link onde dois blocos de dados eram solicitados: informações pessoais básicas, incluindo contatos necessários para o envio dos links das aulas, e perguntas atreladas ao interesse e à opinião da pessoa interessada por política. Respondido o formulário, dias antes do início do curso os inscritos recebiam o endereço virtual para a participação. O sistema escolhido para as aulas foi o Zoom, e no primeiro módulo de 2023 foram disponibilizadas 150 vagas. Como notou-se quebra expressiva entre o total de inscritos e as presenças, logo na primeira experiência, para além de aprimoramentos associados à comunicação das aulas, o total de vagas foi elevado para 200, e permaneceu desta forma até o final de 2024.

Importante notar que a partir do módulo 2 do primeiro semestre de 2023, os participantes presentes no terceiro encontro do curso corrente tinham acesso antecipado ao link de inscrição do módulo seguinte. Isso ocorreu no módulo 1 em relação ao módulo 2, no 2 em relação ao 3 e no 3 em relação ao 4 durante praticamente dois anos. O intuito foi garantir espaço de participação a quem se mostrou mais assíduo, presente e interessado nas atividades. Estes alunos tinham entre 24 e 48 horas de antecipação para a garantia de suas respectivas vagas. Curiosamente, sem que se note algo capaz de explicar o motivo, ao longo dos cursos ocorreram instantes em que o limite de vagas chegou a ser superado, inclusive em poucos dias, por questões de extrema procura, e momentos em que a adesão ficou bastante abaixo do limite máximo estabelecido.

Em sala, optou-se por dar voz apenas para o docente, uma vez que um excessivo número de participantes em lógica heterogênea poderia causar problemas de participação e convivência. Isso não impedia os presentes de utilizarem o chat para a digitação de comentários com dúvidas, observações e solicitações. Ao longo dos dois anos, e a despeito de um clima acentuado de polarização política vivido no país, não foi relatada pelos docentes qualquer participação que tenha causado constrangimento ou demandado atitudes mais extremas de exclusão ou mesmo chamada de atenção. O que se notou foi um clima de solicitação de conceitos, conteúdos e disposição para a apresentação de questões e comentários bastante pertinentes.

As aulas foram gravadas apenas para fins de registros das atividades aos parceiros envolvidos, e tais materiais não foram disponibilizados, nem mesmo, para os matriculados ausentes. A aferição de presença foi feita com base no seguinte cálculo: a pessoa precisava estar presente em sala por mais de 80% do tempo do encontro, e para receber o certificado do curso três ações eram essenciais: a inscrição, a presença em ao menos três das quatro aulas de cada módulo com base nos critérios estabelecidos e o preenchimento do formulário de avaliação do curso disponibilizado ao término da quarta aula de cada curso, que repetia parte expressiva das perguntas do instante de inscrição e adicionalmen-

te buscava a opinião/avaliação do participante sobre o curso como um todo. Os dados quantitativos de inscritos, presentes e concluintes serão destacados na seção dos resultados, a seguir.

Cumpridas todas as condições para a conclusão de cada curso, o participante recebia, por e-mail, um certificado de extensão universitária em formato PDF emitido pela Fipeees com um total de 16 horas de atividades acadêmicas. Com base nas informações aqui registradas, o projeto desenvolvido ao longo de dois anos foi descrito. No começo de 2025, por razões de natureza estratégica, o banco informou que não renovaria o apoio ofertado aos cursos. A rede foi temporariamente desfeita, os professores informados e o projeto de educação política passará por mais um instante de paralisação.

Resultados

O primeiro aspecto que merece atenção em relação aos cursos está associado aos volumes de inscrição, participação e conclusão. Ao longo de quatro semestres, como se pode notar pela Tabela 1, dificuldades de toda ordem ocorreram. A primeira: nem sempre o limite de vagas foi preenchido em sua totalidade, ficando abaixo de 200 – ou de 150 no primeiro módulo do primeiro semestre de 2023 – em sete das 16 turmas montadas. Para além disso, o comparecimento a pelo menos uma aula foi desafio dos mais expressivos. Na melhor ocasião, o módulo 4 do segundo semestre de 2023, 60% dos inscritos compareceram a pelo menos uma aula – mas aqui foi obtida a terceira pior quantidade de inscrições dos dois anos. Tal resultado poderia estar associado ao encontro do que seria um público menor, mas mais fiel. Ainda assim, não se pode dizer que uma atividade gratuita com quebra de 40% de seu público seja algo bem-sucedido em termos de compromisso. O pior resultado, neste caso, está associado ao módulo 4 do segundo semestre de 2024, com apenas 35% de pessoas que assistiram a pelo menos uma aula sobre o total de inscritos. A média dos percentuais está em 47% nos 16 cursos, ou seja, metade das adesões às atividades sequer a elas comparecem.

Em se tratando dos concluintes, o primeiro de todos os cursos trouxe resultado alarmante: apenas 21% dos presentes compareciam a pelo menos três aulas, preenchiam o formulário de avaliação da atividade e eram contemplados com um certificado da FipeEES. A partir deste número, os inscritos passaram a receber mensagens semanais com lembretes sobre a aula, e nunca mais se registrou algo aquém de percentuais próximos a 30% de concluintes em relação aos participantes, chegando-se a 57% no módulo 3 do primeiro semestre de 2024 – o que ainda foi preocupante. A média dos 16 cursos é equivalente a 37% de concluintes sobre o total de comparecimentos, o que cai para 18% se o volume considerado for o de inscritos. Em resumo: o curso perde metade dos inscritos em relação aos presentes, e cerca de 60% dos presentes, e 80% dos inscritos, em relação aos formados. As razões que levaram o grupo responsável por estes cursos a desistir das atividades básicas em 2020, voltaram a se repetir, e relatos de outras experiências gratuitas desse tipo, em temáticas diversas, tendem a mostrar cenários semelhantes.

TABELA 1. Adesão e participação nos cursos de Política

| | 1º Semestre | | | 2º semestre | | |
|----------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| 2023 | Inscritos | Participantes | Concluintes | Inscritos | Participantes | Concluintes |
| Módulo 1 | 163 | 77 | 16 | 216 | 103 | 45 |
| Módulo 2 | 200 | 81 | 28 | 174 | 94 | 46 |
| Módulo 3 | 208 | 96 | 28 | 193 | 100 | 34 |
| Módulo 4 | 219 | 99 | 28 | 113 | 68 | 30 |
| 2024 | Inscritos | Participantes | Concluintes | Inscritos | Participantes | Concluintes |
| Módulo 1 | 202 | 87 | 33 | 214 | 79 | 29 |
| Módulo 2 | 119 | 70 | 25 | 247 | 97 | 40 |
| Módulo 3 | 91 | 46 | 26 | 147 | 74 | 23 |
| Módulo 4 | 68 | 36 | 12 | 214 | 75 | 26 |

A despeito das dificuldades relatadas, importante compreender as características do público que adere a cursos desse tipo em ambiente virtual. Se consideradas as pessoas, como únicas, que se inscreveram, excetuando-se quantas vezes e em quantos módulos ao longo de dois anos:

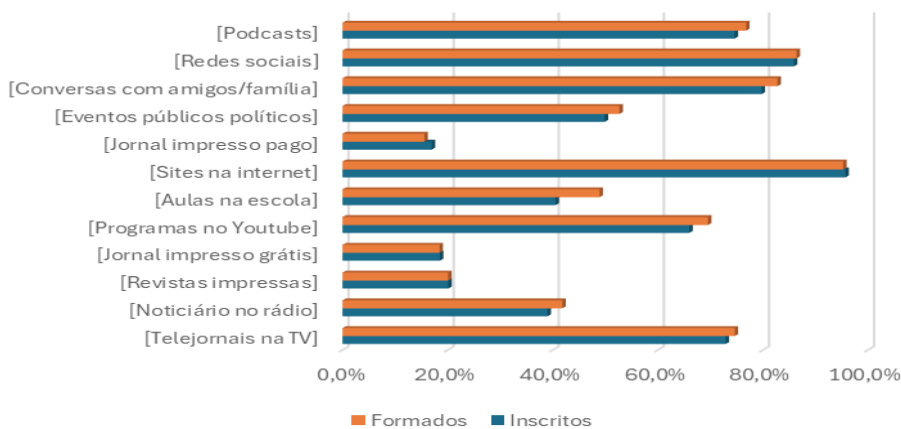
60% são mulheres e 40% são homens. Com exceção feita ao Amapá, todos os estados brasileiros tiveram representantes inscritos em relação ao local de moradia, com destaque para São Paulo com quase um terço, Rio de Janeiro com 15% e Ceará com 10%. A soma destas três unidades já equivale a quase 60% das pessoas que demonstraram interesse pela atividade, mas é importante destacar, por exemplo, seis inscrições do exterior, com origens em Lisboa, Santiago do Chile, Milão, Bogotá, Florença e Colón. A média de idade ficou em 32 anos, com máxima de 81 e mínima de 14 anos. Por fim, em termos de escolaridade, 32% das pessoas afirmaram ter pós-graduação completa, o que em alguma medida afastou o curso de um público mais amplo e, possivelmente, mais distante do tipo de informação a ser disseminada. Outros 31% tinham graduação incompleta, 21% tinham diploma de nível superior e, por fim, 10% tinham pós-graduação incompleta. A soma destas quatro categorias de escolaridade responde por mais de 94% das pessoas que se aproximaram do curso, o que distancia muito a atividade de um público mais amplo.

Feita a caracterização do público que procura cursos dessa natureza, percebendo-se diversidades com predominância feminina desproporcional e escolaridade elevada, o intuito é compreender aqui a relação destas pessoas com a política. Nesse caso, como os posicionamentos em relação às perguntas feitas podem mudar, serão consideradas todas as inscrições realizadas e todas as respostas aos formulários de avaliação. Importante salientar que em relação a estes dois instrumentos de coleta de informação algumas perguntas se repetem, tendo em vista o objetivo de medir um mínimo de influência das aulas sobre a opinião das pessoas.

A primeira questão diz respeito à busca por informações. Ao todo eram apresentadas doze fontes de notícias políticas e respondia-se SIM ou NÃO ao uso cotidiano de cada uma. Nota-se pelo Gráfico 1 que há pouca diferença entre as mais de 2.800 inscrições e as mais de 550 respostas aos questionários de conclusão – o total de concluintes é inferior ao número de respostas finais, pois os critérios de certificação envolviam aspectos mais amplos do que se inscrever e avaliar o curso.

A média simples das fontes de informação entre os inscritos é de 55%, enquanto no instante de avaliação é de 57%, algo muito discreto. O volume de fontes utilizadas é alto, com 6,6 por pessoa entre inscritos e 6,8 entre os formados (que serão chamados assim aqui), o que representa um primeiro indício de que o público atraído para os cursos é politizado e os programas estariam se destinando a “falar para convertidos”.

GRÁFICO 1. Fontes de informação política – inscritos e formados



Nota-se nos resultados do Gráfico 1, também, que os meios virtuais de informação política se destacam sobre os demais: podcasts, redes sociais, e principalmente os sites, se sobressaem sobre jornais e revistas impressas, e o rádio. A TV e o Youtube são exceções a tal afirmação: a primeira ainda tem boa audiência, e o segundo é discretamente menos intenso que as demais formas virtuais. Duas fontes adicionais merecem destaque aqui: as aulas nas escolas e as conversas, este último tópico bastante intenso e capaz de reforçar a ideia de que o público do curso é politizado.

Para se compreender melhor a relação dos presentes com a política, um conjunto de seis perguntas sobre título de eleitor, relação com o voto, gosto pela política, envolvimento com as eleições, com os partidos e com eventuais candidaturas podem adensar este debate. Entre

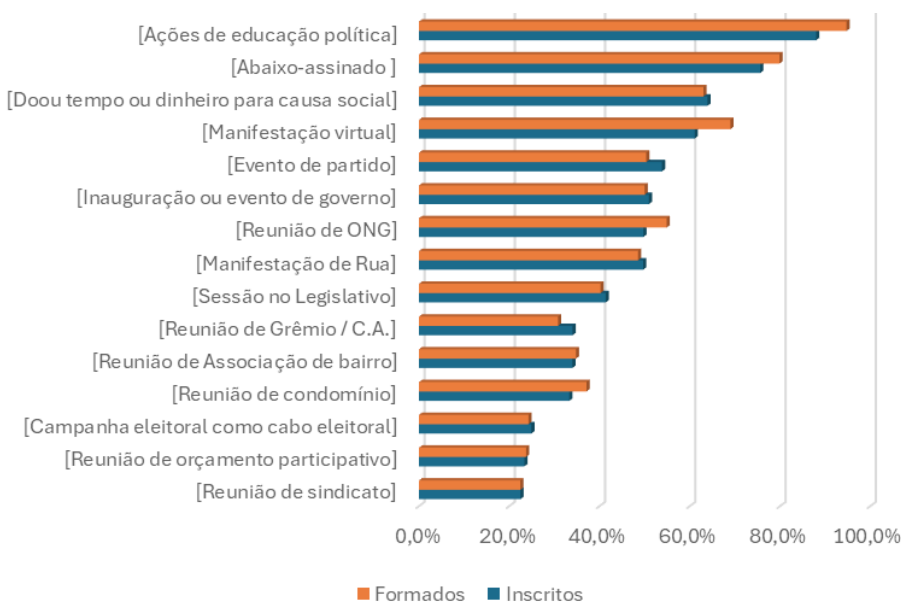
os inscritos, 64% afirmaram que tirarão ou tiraram o documento com menos de 18 anos, percentual expressivamente alto para esta pergunta na realidade brasileira. Este percentual sobre um ponto entre os formados. Sobre o voto, para 87% dos inscritos ele representa um direito, mais do que uma obrigação, o que também sobe um ponto entre os formados. Em relação à política, 87% nos dois grupos afirmaram “gostar dela”, contra 13% que indicam não gostar, mas entender que se trata de algo importante. Eis aqui mais um evidente sinal de que os cursos atraíram pessoas muito fortemente próximas à temática, o que era esperado em relação à forma aleatória de divulgação e à livre adesão, mas talvez tenha escapado do propósito de converter pessoas descrentes e distantes.

Sobre o acesso ao voto, mais de 98% dos inscritos, e mais de 99% dos formados já votaram na vida, o que em um país cujo comparecimento às urnas é classificado como compulsório, apenas ilustra o fenômeno. Em relação à participação eleitoral, 40% afirmam sentir que serão sempre eleitores, mas 30% dizem que um dia podem se filiar a um partido, enquanto outros 25% cogitam um dia se candidatarem, com outros 5% afirmando já terem sido candidatos. Entre os formados, esses percentuais se alteram, respectivamente, para: 43% de eleitores, 27% de potenciais filiados, 24% de possíveis candidaturas e 5% de candidatos. Sobre os partidos políticos, por fim, 68% de formados e inscritos dizem simpatizar com uma ou mais legendas, com outros 15% se dizendo filiados ou tendo passado formalmente por uma agremiação desta natureza. A soma desses dois resultados equivale a mais de 80% de pessoas com proximidade às legendas, algo inimaginável ao senso comum brasileiro. Em linhas gerais, aqui, este conjunto de perguntas reforça de maneira ainda mais intensa a fala aos convertidos.

Os questionários também buscavam entender em que medida as pessoas inscritas e aquelas formadas tinham algum tipo de participação ativa em diferentes frentes. As 15 ações apresentadas no Gráfico 2 tiveram variações significativas entre elas, com 23% de atuação em reuniões de sindicatos para inscritos e formados, e cerca de 90% de participação em atividades de educação política – como cursos, palestras etc. A média de

atividades relatadas é de sete por pessoa entre os dois grupos pesquisados, o que mostra intenso ativismo, sendo que apenas 2% dos inscritos e 1% dos concluintes afirmaram não participar, ou não ter participado, de qualquer dos exemplos citados. Aqui, as pequenas distâncias entre os públicos nos quesitos apresentados não parecem indicar que a atividade inspirou ou alterou o padrão de participação política, mas apenas sugere se tratar de públicos com características discretamente distintas.

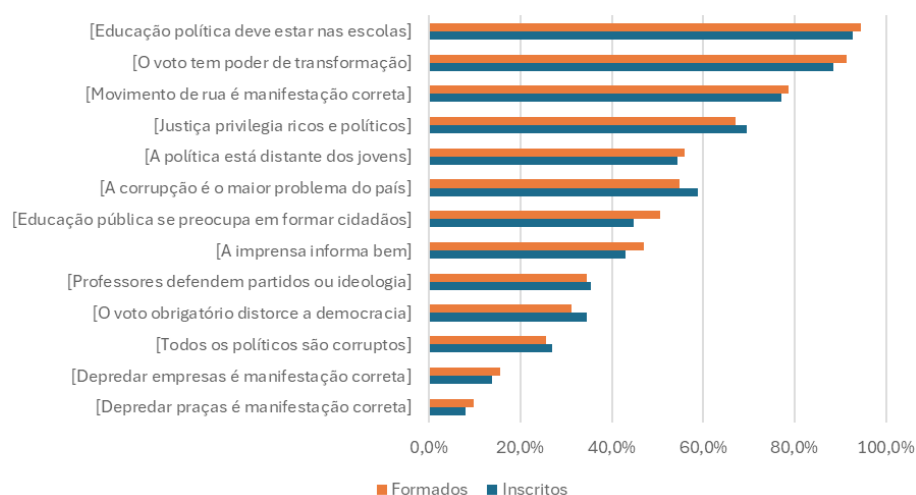
GRÁFICO 2. Instrumentos dos quais os envolvidos participaram



A última bateria comum para os dois questionários estava associada à tentativa de se medir o grau de concordância do respondente com treze frases capazes de indicar algum tipo de relação e percepção política dos participantes. Existiam quatro respostas possíveis a cada afirmação: concordo totalmente, concordo em partes, discordo em partes e discordo totalmente. No Gráfico 3, as percepções estão transformadas em médias que podem variar entre 100% para concordo totalmente e 0% para discordo totalmente. A análise aqui proposta indica que não há

grandes mudanças entre os grupos de inscritos e formados, e as crenças na democracia e na política estão presentes em algumas das percepções sobre as sentenças – que no gráfico têm suas essências descritas, mas não estão na íntegra.

GRÁFICO 3. Grau de concordância com sentenças



Aqui seria possível afirmar que três delas tendem à concordância total: “a educação política deveria estar nas escolas”, “o voto tem poder de transformação” e “movimentos de rua são formas corretas de manifestação”. Outras três possuem grau relativo de concordância: “a justiça privilegia os ricos e os políticos”, “a política está distante dos jovens” e “a corrupção é o maior problema do país”. Em posição de neutralidade, com viés de discordância parcial entre os inscritos, está a ideia de que “a educação pública se preocupa em formar cidadão”. Em posição de relativa discordância está a afirmação de que a “imprensa informa bem”, os “professores nas escolas defendem partidos e ideologia” e o “voto obrigatório distorce a democracia”. Em lógica mais afeita à discordância total: “todos os políticos são corruptos” e depredar praças e empresas são formas corretas de manifestação. Tais resultados sugerem que os respondentes possuem percepções relevantes sobre a democracia e a polí-

tica, deixando temas mais evidentes nas categorias de concordância ou discordância plenas, e colocando em caráter relativo questões associadas a debates mais intensos e capazes de separar percepções.

Para encerrar esta análise de resultados, exclusivamente para os formados algumas perguntas buscavam entender algo sobre a utilização e a avaliação da atividade. Diante de quatro alternativas fechadas, 34% dos formados indicaram que o curso servirá, predominantemente, para conteúdos associados aos estudos. Outros 32% destacaram a utilização no trabalho ou na profissão. Cultura geral foi a resposta de 19%, estratégias políticas e partidárias alcançou 12% e “outros” terminou com 2%.

Sobre a avaliação, quesitos gerais dos cursos foram apresentados e o respondente podia dizer se achava muito ruim, ruim, regular, bom ou muito bom. Transformar estas posições em valores de 0 a 10 permitiu o cálculo de médias. As variáveis ligadas aos professores trouxeram os seguintes resultados: conhecimento do docente sobre o assunto (9,3), conteúdos abordados pelo professor em sala (9,2), linguagem utilizada (9,1) e didática (9,1). Sobre o funcionamento da ação: material didático disponibilizado (9,0), pontualidade (9,2), horário e regularidade das aulas (9,1) e, por fim, uma avaliação geral que atingiu 9,2 pontos. Tais resultados, a despeito de exacerbado número de desistências e de não comparecimentos, colocam as ações em um patamar de excelência para seus concluintes que merece atenção.

Assim, por fim, os graus de adesão com algumas sentenças associadas ao curso podem contribuir para a finalização dessa percepção positiva. É de 78% o grau de concordância com a ideia de que o curso “mudou minha forma de entender a política”, mesmo o público sendo composto por pessoas bem próximas ao tema. Ademais, atinge de 90% concordância a ideia de que os cursos “trouxeram muitos conhecimentos novos”, 97% o grau de “recomendação das atividades a outras pessoas”, mesmo percentual que aponta que as “atividades devem continuar sendo oferecidas” e de que o curso “estimula a tolerância e o respeito”. Por fim, atinge 96% de concordância a lógica de que os professores “respeitam diferenças partidárias em aula”, algo absolutamente

estratégico e essencial a tal atividade. Por fim, registra 91% de concordância a afirmação de que o curso estimulou “conversas sobre política nas relações pessoais” dos participantes.

Conclusão

O curso de formação política desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia no Brasil, ao oferecer um espaço de reflexão e capacitação para cidadãos que desejam entender ou se engajar ativamente nos processos políticos e sociais do país.

O projeto de educação política apresentado desenvolvido entre 2023 e 2024 enfrentou, como principal obstáculo, o desafio de garantir a participação efetiva dos inscritos ao longo de seus módulos. A queda acentuada entre os que manifestaram interesse e aqueles que, de fato, acompanharam as aulas revela um problema estrutural comum em atividades formativas gratuitas oferecidas em ambiente virtual: a distância entre o engajamento inicial e a permanência até o final do curso. Ainda que estratégias de lembrete e priorização de vagas para alunos assíduos tenham sido adotadas, elas funcionam como gatilhos de adesão e persistência, mas não resolvem a evasão estrutural. Elas atuam como mitigadoras, não solução definitiva. Os dados indicam que o curso perdeu aproximadamente metade de seus inscritos já na fase inicial de comparecimento, e apenas 18% chegaram à certificação.

Outro ponto a ser destacado é o perfil do público. A proposta inicial da formação era ampliar o acesso à educação política, alcançando novos públicos e disseminando conceitos fundamentais para a cidadania democrática. Contudo, os dados apresentados mostram que os cursos acabaram atraindo majoritariamente pessoas com alto nível de escolaridade, forte interesse prévio por política, de cidades e áreas centrais e com considerável engajamento cívico. Ou seja, em grande medida, as ações comunicaram-se com um público já convertido à temática, o que reduziu o potencial de transformação social mais abrangente que ações dessa natureza poderiam alcançar.

Há uma barreira de entrada implícita que impede o acesso e permanência de públicos com menor escolaridade, recursos ou capital cultural. Esses dados evidenciam a importância de se adotar estratégias de inclusão e interiorização para garantir que o curso possa atingir uma maior diversidade de públicos, promovendo um engajamento político mais amplo e representativo. O curso, embora bem-sucedido em termos de conteúdo e metodologia, precisa avançar para garantir que amplos segmentos da população, especialmente aqueles mais marginalizados, tenham a oportunidade de participar e se beneficiar dessa formação.

Apesar disso, os resultados qualitativos entre os concluintes foram expressivamente positivos. A avaliação dos professores, dos conteúdos, da metodologia e da organização do curso foi constantemente elevada, com médias superiores a 9 em quase todos os quesitos, com a ressalva de que estas são as notas daqueles que efetivamente ficaram até o final. Além disso, os relatos indicam que a atividade gerou impactos significativos na compreensão da política, no respeito às diferenças e na promoção de conversas no ambiente pessoal, mesmo entre um público previamente engajado. Assim, podemos dizer que o curso demonstrou ser um importante mecanismo para promover a educação cívica, o que contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

A qualidade do conteúdo não foi suficiente para manter o participante até o fim. Isso sugere que fatores extracognitivos – como tempo, motivação intrínseca, sobrecarga de compromissos ou falta de conexão emocional com a atividade – desempenharam papel central no abandono e que só gratuidade e ambiente virtual não garantem engajamento duradouro.

Para o futuro, duas sugestões metodológicas merecem destaque. A primeira refere-se à necessidade de emparelhar dados de inscrição e de avaliação da mesma pessoa, permitindo verificar se, e como, as percepções sobre política foram alteradas ao longo do curso. A segunda envolve a análise por módulo, com o intuito de compreender quais temáticas despertam maior interesse, retenção e transformação nos participan-

tes. Essas abordagens podem fortalecer o monitoramento de resultados e oferecer elementos mais precisos para a qualificação das próximas edições.

Ainda como forma de aprimorar a efetividade e o alcance dos cursos de educação política, pode-se pensar na construção de módulos específicos voltados a públicos periféricos, juventudes ou tradicionalmente desengajados do debate político, com conteúdo adaptados em linguagem acessível, exemplos contextualizados e estratégias de engajamento que valorizem a realidade local. A incorporação de elementos gamificados e mecanismos de incentivo prático à permanência – como trilhas de progressão, desafios interativos e recompensas simbólicas – pode contribuir significativamente para a retenção dos participantes, especialmente da juventude.

Por fim, o encerramento do curso em 2025, por decisão da instituição parceira financiadora, interrompeu uma trajetória promissora de formação política em ambiente virtual. Essa decisão revela, mais uma vez, a fragilidade de projetos sociais altamente dependentes de financiamento externo e reforça a importância de pensar em modelos mais sustentáveis e integrados às políticas públicas de educação cidadã. Ainda assim, o legado da iniciativa, especialmente junto aos formados, reafirma a relevância de investir em práticas de formação que promovam o fortalecimento da democracia por meio da educação política. A continuidade e a expansão de iniciativas como esta são essenciais para consolidar a cultura democrática, que vá além do simples exercício do voto, mas que envolva um engajamento ativo e consciente nas decisões políticas do país.

Referências

DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M.I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, v. 1, 2016.

DANTAS, H.; MELO, T. Apego a valores democráticos – qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo? **Juventude.br**, São Paulo, volume 19, número 1, 2021.

DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

Humberto Dantas é doutor em Ciência Política pela USP, com atuação destacada em educação política. Cumpriu estágio de pós-doutoramento na FGV-SP, na área de Administração Pública, com pesquisa sobre políticas de educação política. Parceiro em ações de educação política da KAS desde 2008. É professor universitário, palestrante e consultor em temas relacionados à democracia, cidadania e sistema eleitoral. Coordena a graduação em Gestão Pública da FipeEES e a pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. É consultor da ONG RenovaBR, presidente do Movimento Voto Consciente e conselheiro da Associação de Escola do Legislativo.

Renato Eliseu Costa é doutor em Políticas Públicas pela UFABC e professor da ESALQ-USP, onde integra o Departamento de Administração e Economia e o programa de pós-graduação stricto-sensu em Administração. Também atua como docente do mestrado e doutorado em Políticas Públicas da UFABC. Possui experiência em consultorias para instituições como Banco Santander, UNICEF e outras organizações de destaque, e tem atuado em projetos de formação, avaliação e gestão pública. Foi professor da FipeEES e publica regularmente com a Fundação Konrad Adenauer (KAS) desde 2021.